



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13839.000234/2002-16
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>3401-001.891 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	18 de julho de 2012
<b>Matéria</b>	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
<b>Embargante</b>	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CAMPINAS/SP
<b>Interessado</b>	PEC BEBIDAS LTDA

**ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS**

Ano-calendário: 1997

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO ENCONTRADA.  
NECESSIDADE DE SANEAMENTO.

Devem ser sanadas as contradições constatadas no julgamento dos Embargos de Declaração.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da **4ª câmara / 1ª turma ordinária** da terceira **SEÇÃO DE JULGAMENTO**, por unanimidade de votos, em acolher os Embargos de Declaração, mas sem aplicar os efeitos infringentes.

JULIO CESAR ALVES RAMOS

Presidente

JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA

Relator *Ad Hoc*

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Júlio César Alves Ramos (Presidente), Fernando Marques Cleto Duarte, Emanuel Carlos Dantas de Assis, Odassi Guerzoni Filho e Ângela Sartori.

## Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pelo Delegado da Receita Federal em Campinas/SP (fl.247/248), ao acórdão nº 203-13.739, no qual foi julgada a impossibilidade de aplicação de multa de ofício em razão de recolhimento em atraso de contribuição com denúncia espontânea.

Alega o Embargante que restou dúvida no acórdão, haja vista que em um momento foi declarada a renúncia às esferas administrativas, em razão da concomitância de objeto com processo judicial, mas, em seguida, foi afastada a multa pela aplicação retroativa do art. 44, da Lei nº 9.430/96.

A Embargante também asseverou que a aplicação do art. 106, II, “c”, do CTN, está equivocada, pois o auto de infração, objeto do processo, lançava somente multa isolada, em decorrência do atraso no recolhimento de tributo.

Ao fim, pede esclarecimento quanto ao acórdão.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA, Relator

Conheço os presentes embargos, pois estão em conformidade com o art. 65, §1º, do Regimento Interno do CARF.

Compulsando os autos, verifica-se que não há contradição, no tocante ao não conhecimento da matéria por concomitância e posterior cancelamento da multa. No acórdão embargado, está claro que a matéria levada ao Poder Judiciário foi a relativa à denúncia espontânea, a qual, em nenhum momento, foi apreciada pelo colegiado. O fundamento contido no acórdão para o cancelamento da multa é diverso daquela julgada pelo judicialmente. A exclusão da multa foi fundamentada na retroatividade benigna da legislação tributária, que extinguiu a penalidade. Portanto, não há contradição nem incompatibilidade de decisões neste ponto.

A contradição existente no acórdão é perceptível em outro ponto. O auto de infração lançou somente multa de ofício, em decorrência do recolhimento em atraso da COFINS (fl.26). Pelo julgamento consubstanciado no acórdão embargado, o colegiado decidiu pelo cancelamento integral da multa. Ocorre que tanto no extrato do acórdão, como no dispositivo do voto condutor ficou registrado o provimento parcial. Contudo, como o auto de infração trata apenas de multa e ela foi cancelada, o resultado correto é provimento integral.

Quanto à alegação de equívoco na aplicação do art. 106, II, c, CTN, a Câmara já decidiu pela sua aplicação, de modo que os embargos, neste particular, tratam de rediscussão de matéria, o que é inadmissível.

Portanto, fica esclarecido que o acórdão cancelou integralmente a multa, bem como o auto de infração.

*Ex positis*, acolho os embargos de declaração para retificar o acórdão embargado, a fim de que se leia “prover integralmente” e “dar provimento integral”, onde está escrito, respectivamente, “prover parcialmente” e “dar provimento parcial”.

É como voto.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 2012.

JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA- Relator *Ad Hoc*.



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA em 17/12/2012 18:31:53.

Documento autenticado digitalmente por JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA em 17/12/2012.

Documento assinado digitalmente por: JULIO CESAR ALVES RAMOS em 18/12/2012 e JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA em 17/12/2012.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARIA MADALENA SILVA em 20/01/2020.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

**1)** Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

**2)** Entre no menu "Legislação e Processo".

**3)** Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

**4)** Digite o código abaixo:

**EP20.0120.15078.KXWU**

**5)** O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha1:  
3C900944E00AC6857D3A22133AC3762F157095FF**